

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes e as normas estabelecidas em nosso Estatuto Social, submetemos à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Seguros SURA S.A., do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas de parecer dos auditores externos (Ernst & Young Auditores Independentes).

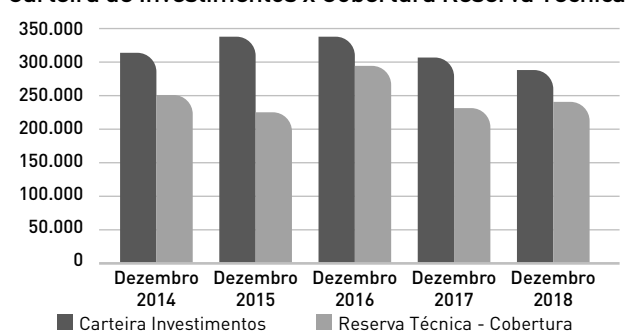
A Seguros SURA, com mais de 70 anos de experiência, é um dos maiores grupos seguradores da América Latina, e uma subsidiária do Grupo SURA que possui investimentos em diversos setores. Atualmente, a seguradora está presente em nove países: Brasil, México, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile, Panamá, República Dominicana e El Salvador e conta com 13 mil funcionários e administra mais de 15 milhões de clientes.

A Seguros SURA chegou oficialmente ao Brasil após a aquisição das operações da RSA Seguros na América Latina. Cada etapa do processo de transição foi executada de forma planejada e todas as mudanças amplamente compartilhadas com os stakeholders a fim de demonstrar transparência e minimizar quaisquer impactos na prestação de serviços.

No mercado brasileiro, a Seguros SURA atua com foco em seguros de Transportes, Frotas de Automóveis, seguros para Pequenas e Médias Empresas (com produtos de seguros para Pequenas Frotas, Patrimonial e Vida) e seguros de Afinidades. A seguradora possui mais de 300 funcionários distribuídos em escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas e Ribeirão Preto. Além de soluções em seguros é reconhecida pela capacidade de inovar e oferecer gestão completa de tendências e riscos para os mercados em que atua.

Em 31 de dezembro de 2018, a Seguros SURA produziu R\$ 702 milhões em prêmios emitidos líquidos e os prêmios ganhos totalizaram R\$ 637 milhões, sendo os seguros de Transportes, Frota de Automóveis e Afinidades os principais segmentos de atuação da Seguros SURA no Brasil. A seguradora apresentou um prejuízo de R\$ 5,3 milhões no exercício, comparados com um lucro líquido de R\$ 4,1 milhões no exercício anterior. As carteiras de investimentos vinculadas constituíram um saldo de R\$ 290 milhões e as reservas técnicas de cobertura totalizaram R\$ 244 milhões neste exercício. A seguir estão demonstrados em gráficos a evolução dos prêmios ganhos, lucro líquido/prejuízo e carteira de investimentos/reservas técnicas de cobertura:

Carteira de Investimentos x Cobertura Reserva Técnica



A carteira de Transportes apresentou um crescimento de aproximadamente 12% em prêmios emitidos brutos, em relação ao período anterior. Nesta carteira a Seguros SURA se posiciona como uma das principais seguradoras do mercado brasileiro, principalmente no seguro para Embarcadores (Nacional e Internacional), considerando prêmio emitido, e é uma das líderes de mercado com inovações, processos operacionais e oferta de seguros para transporte de veículos novos, sempre com uma proposta de valor bem posicionada, equipe especializada em sinistros complexos, amplas coberturas para transportes em viagem nacional e internacional e excelência no gerenciamento de riscos.

A área de Afinidades apresentou um aumento de 13% comparado com o ano anterior, atingindo R\$ 200,7 milhões em prêmios retidos. Sua participação nos resultados da Companhia representa, 29% do total de prêmios emitidos, mantendo uma importante posição em vendas de seguros massificados. Foram realizados importantes investimentos na cadeia de serviços ao cliente, incluindo melhorias no Canal do Segurado que é uma plataforma online que oferece aos segurados acesso exclusivo e rápido a todas as informações do seu contrato de seguro, mas também em funcionalidades dos sistemas que melhoram a relação com nossos Representantes e permitem melhor performance no processo de Sinistro. O ramo de Frotas de Automóveis, apresentou um crescimento de 31,5% em prêmios emitidos brutos, comparados com o ano anterior. O resultado positivo neste segmento é reflexo de um produto diferenciado, uma apurada política de subscrição, ampla variedade de assistências e de redes credenciadas, atendimento ágil e equipe com profissionais altamente especializados que entendem e priorizam as necessidades dos clientes.

No ramo de seguros Patrimoniais, a Seguros SURA mantém investimentos em tecnologia modernizando a ferramenta de cotação online dos seguros Empresarial e Residencial com foco em pequenas e médias empresas. A Companhia desenvolveu soluções em seguros e serviços de assistências específicos para diferentes segmentos dos setores do Comércio e de Serviços.

A carteira de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais cresceu 54% em prêmios emitidos brutos e segue com foco no segmento de pequenas e médias empresas e nichos de mercado que necessitam de uma solução diferenciada. Foram feitos investimentos na capacitação dos profissionais e na criação de novos produtos e coberturas, com o objetivo de aumento da rentabilidade e diversificação da carteira.

A área de Sinistros da Seguros SURA segue com investimentos em melhorias sistêmicas e de processos para proporcionar maior agilidade no atendimento a clientes e corretores, demonstrando visão de negócios e foco em resultados, além de constante capacitação de profissionais. Além disso, a área atua de forma próxima à equipe de Soluções e participa ativamente em negociações com oferta de soluções personalizadas para segurados e parceiros de acordo com a necessidade e perfil de cada cliente.

Em Operações, mantiveram os esforços para melhorar a velocidade e a qualidade dos processos da Companhia, em especial faturamento de Transportes. A operação dos produtos de Vida continua sendo um diferencial na Seguros SURA e os investimentos da plataforma tecnológica foram intensificados para melhorar ainda mais o nível dos serviços prestados em todas as esferas da Companhia. A gestão mais próxima dos fornecedores contribuiu para manter os níveis de qualidade dos serviços de assistência,

principalmente nos produtos de Frota. O foco continua sendo em manter um excelente nível de satisfação dos clientes e parceiros.

A área de Tecnologia de Informação da Seguros SURA continua em constante evolução, seguindo a estratégia do grupo, onde o uso de novas tecnologias, busca por inovações sempre focado em nossos clientes e consequentemente aproximando cada vez mais do negócio (Tecnologia de Negócio). Com base nisso foram realizadas mudanças em nosso modelo de desenvolvimento onde: a sustentação de nosso dia a dia passou a ser realizada por uma empresa terceira e nossa equipe interna passou a dar foco em novos desenvolvimentos gerando mais valor nas entregas de soluções.

Foram disponibilizados cotadores WEB para as soluções de Empresarial e Residencial dando mais agilidade aos nossos corretores com funções de cotação, emissão, renovação, endosso e geração de boletos direto na "ponta".

Com relação a melhoria operacional no controle de faturamento de Transportes foi criada uma aplicação web onde os registros de todos os faturamentos que deverão ser emitidos/faturados no mês corrente passam a ser automáticos, garantindo maior controle do prêmio emitido gerando maior controle dos prêmios pendentes.

Em Segurança da Informação, a Seguros SURA continuou passando por frequentes auditorias da ISO 27001, obtendo bons níveis de aprovação.

Alinhada com estrutura de Controles Internos e Compliance, a Seguros SURA se mantém com o foco no plano de continuidade às operações transparentes, com sistemas de controles eficientes, além de oferecer ambiente seguro para os clientes e parceiros, reforçando, assim, a aderência às leis, à regulamentação dos órgãos reguladores de seguros, às políticas internas e às boas práticas do mercado e em conformidade com o nível de governança exigido pelo Grupo SURA.

O treinamento dos colaboradores também foi intensificado, com o objetivo de prepará-los para oferecer aos clientes uma análise de riscos ampla e criteriosa e proporcionar um completo entendimento do posicionamento da Seguros SURA, além de capacitar os líderes no desenvolvimento da gestão executiva. A capacitação dos profissionais é realizada através da Academia do Conhecimento, iniciativa que conta com diferentes opções de treinamento, tais como desenvolvimento do conhecimento do setor de Seguros, de habilidades e de liderança, além do desenvolvimento específico de estagiários e aprendizes e uma iniciativa voltada à multiplicação interna de conhecimento.

Na área de Marketing, como parte do plano de posicionamento de marca, foram realizadas diversas ações com corretores e clientes, como eventos diferenciados para divulgar e posicionar a Seguros SURA no mercado, além de atividades com foco em relacionamento com os parceiros da empresa, e estruturação de novos canais de comunicação com o mercado. Como parte da estratégia de marketing e geração de novos negócios, foi realizada a revisão de todos os materiais de divulgação da empresa, seus produtos e serviços, o site institucional, além das comunicações aos corretores sobre todas as mudanças e melhorias, contribuindo para o aumento do valor percebido da marca.

Do ponto de vista financeiro, a política de distribuição de lucros e dividendos leva em consideração os resultados auferidos pela Seguradora, obedecendo às regras previstas na atual legislação.

Por fim, em alinhamento com a estratégia do Grupo SURA, houve alteração na estrutura de negócio da seguradora passando a ter duas frentes: Vendas & Canais e Soluções.

Agradecemos aos corretores parceiros, clientes, fornecedores, resseguradores, SUSEP e aos órgãos reguladores brasileiros pelo apoio e pela confiança depositada na Seguros SURA. A nossa equipe de colaboradores, nossos sinceros agradecimentos pela garra e pelo comprometimento demonstrado na realização e na manutenção dos negócios, que são a base para continuarmos nosso crescimento no país com confiança no futuro.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para outros esclarecimentos que entenderem necessários.

A Administração

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante		777.075	589.762
Disponível	7	11.808	6.269
Caixa e bancos	5.6	11.808	6.269
Aplicações	8/5.6	189.135	157.493
Créditos das operações com seguros e resseguros	9/5.6	285.653	203.643
Prêmios a receber		265.342	195.653
Operações com seguradoras		2.564	2.326
Operações com resseguradoras		17.747	5.664
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10	200.327	155.914
Títulos e créditos a receber		2.102	1.437
Títulos e créditos a receber		6	-
Créditos tributários e previdenciários	11.a	1.479	1.155
Outros créditos		617	282
Outros valores e bens		6.380	10.830
Bens à venda	12.a/5.6	4.876	7.331
Outros valores	12.b	1.504	3.499
Empréstimos e depósitos compulsórios		374	356
Despesas antecipadas		479	49
Custos de aquisição diferidos		80.817	53.771
Seguros	17.b	80.817	53.771
Ativo não circulante		464.055	515.146
Realizável a longo prazo		437.688	490.299
Aplicações	8	100.994	149.194
Créditos das operações com seguros e resseguros	9/5.6	7.750	2.281
Prêmios a receber		7.750	2.281
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10	984	2.126
Títulos e créditos a receber		312.388	325.346
Créditos tributários e previdenciários	11.b	72.441	90.860
Depósitos judiciais e fiscais	19/5.6	239.947	234.486
Empréstimos e depósitos compulsórios		1.359	1.311
Custos de aquisição diferidos		14.213	10.041
Seguros	17.b	14.213	10.041
Imobilizado	13	5.026	5.613
Imóveis de uso próprio		62	72
Bens móveis		4.346	4.300
Outras imobilizações		618	1.241
Intangível	14	21.341	19.234
Outros intangíveis		21.341	19.234
Total do ativo		1.241.130	1.104.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante		702.501	520.518
Contas a pagar	5.6	64.377	57.930
Obrigações a pagar	15	30.926	25.857
Impostos e encargos sociais a recolher	15	17.240	13.938
Encargos trabalhistas		5.396	5.119
Impostos e contribuições		3.002	2.279
Outras contas a pagar		7.813	10.737
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.6	186.932	88.804
Prêmios a restituir		2.343	-
Operações com seguradoras		4.916	4.976
Operações com resseguradoras	16.b	98.133	38.069
Corretores de seguros e resseguros	16.a	81.540	45.759
Depósitos de terceiros	16.c/5.6	13.898	6.777
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.a	437.294	367.007
Danos		419.530	352.078
Pessoas		17.764	14.929
Passivo não circulante		317.586	358.541
Outras obrigações a pagar	15/5.6	10.696	10.964
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.a	119.670	129.679
Danos		114.689	123.852
Pessoas		4.981	5.827
Outros débitos	19.d	187.220	217.898
Provisões judiciais	5.6	187.220	217.898
Patrimônio líquido	20	221.043	225.849
Capital social		231.209	231.209
Aumento de capital (em Aprovação)		823	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	282
Prejuízos acumulados		(10.989)	(5.642)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.241.130	1.104.908

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação e quantidades de ações)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos	5.1	701.782	589.115
Variações das provisões técnicas de prêmios		(64.554)	67.435
Prêmios ganhos	21	637.228	656.550
Sinistros ocorridos	21	(274.830)	(308.670)
Custos de aquisição	21	(209.472)	(224.595)
Outras receitas e despesas operacionais	22.a	1.314	(13.985)
Resultado com resseguro	22.b	(52.399)	(6.673)
Receita com resseguro		71.252	61.041
Despesa com resseguro		(123.651)	(67.714)
Despesas administrativas	22.c	(131.763)	(128.233)
Despesas com tributos	22.d	9.814	(11.247)
Resultado financeiro	22.e	32.454	45.093
Resultado operacional		12.347	8.240
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	22.f	205	92
Resultado antes dos impostos		12.552	8.332
Imposto de renda	23	(8.423)	(2.386)
Contribuição social	23	(9.476)	(1.749)
Lucro (prejuízo) no exercício		(5.347)	4.197
Quantidade de ações	20.a	19.215.923	19.215.923
Prejuízo por ação		(0,28)	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) no exercício		(5.347)	4.197
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(513)	498
Efeitos tributários sobre resultado abrangente		230	(224)
Resultado abrangentes no exercício		(5.630)	4.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



☆ continuação

SEGUROS SURA S.A. - CNPJ 33.065.699/0001-27

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Aumento de capital em aprovação	Reserva legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		219.373	11.836	-	-	8	(9.839) 221.378
Aprovação aumento capital portaria Susep nº 306/2017	19 a.	11.836	(11.836)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	274	-	274
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	4.197	4.197
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		231.209	-	-	282	(5.642)	225.849
Aumento de capital (AGE 18/12/2018)	-	-	823	-	-	-	823
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(282)	-	(282)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.347)	(5.347)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		231.209	823	-	-	(10.989)	221.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Seguros SURA S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia"), faz parte do Grupo SURA (Colômbia) e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, em quaisquer das suas modalidades, tal como definido na legislação em vigor, operando através de sucursais nos principais centros econômicos do país. O controlador em última instância é o Grupo de Inversões Suramericana, com sede em Medellín, Colômbia, com mais de 70 anos de existência. Essa aquisição de controle do grupo colombiano se deu em 2016, e portanto, desde então, a Seguradora vem num processo de maturação de seus negócios e plano de crescimento junto ao seu novo controlador. Mudanças importantes no corpo diretivo e estratégia de negócios vem sendo fatores importantes, que consequentemente tem se demonstrado nas operações da Seguradora. A Seguradora junto aos seus acionistas continua em 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de crescimento das operações no Brasil. No exercício de 2018, a Seguradora manteve seu posicionamento de mercado no Brasil atuando em quatro pilares estratégicos: Transportes, Automóvel Frotas, Seguros para Pequenas e Médias Empresas e Afinidades. A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado e possui sede e escritório principal localizado na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, SP - Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Seguradora em 26 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15.

Os ativos e passivos estão avaliados, pelo custo histórico, com exceção:

- De certos ativos financeiros e bens a venda que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- De certos ativos financeiros, classificados como "disponíveis para venda" mensurados pelo valor justo em contrapartida do patrimônio líquido;
- Das provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP; e
- De provisões judiciais, reconhecidas com base em estimativa conforme descrito na nota 3.11.

2.2. Comparabilidade

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018 correspondente estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Seguradora é o Real, exceto quando indicado, as informações estão apresentadas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos em contrapartida no resultado financeiro.

2.5. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.6. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros - aplicações

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: mensurado ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil Bolsa Balcão e na CBLIC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados nesta categoria são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

A Seguradora constitui redução do valor recuperável de prêmios a receber através de estudo técnico baseado em histórico de cancelamentos de prêmios por inadimplência, com base no período decorrido do vencimento dos prêmios e vigência dos contratos expirados. A seguradora constitui a redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos vencidos acima de 60 dias e sinistros pendentes a recuperar de cosseguro cedido pendentes acima de 180 dias. Para operações com resseguradoras, constitui redução ao valor recuperável para os sinistros pendentes acima de 180 dias.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É efetuada análise anual quanto à capacidade de recuperação dos valores, com o objetivo de assegurar que a perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões por descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

3.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, onde a vigência média de diferimento é de 335 dias para Danos e de 235 dias para seguros de Pessoas.

3.4. Outros valores e bens

Bens à venda - salvados

Referem-se a ativos recuperados e registrados após a regulação do sinistro. Estão estimados ao valor de realização, deduzidos os custos diretamente relacionados à sua venda, e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. Os salvados são mensurados através do percentual médio de venda nos últimos 12 meses, aplicados ao valor de indenização e valor de mercado para os contratos de seguros com valor determinado. Trimestralmente é avaliado o valor médio de venda nos últimos 12 meses, e havendo alteração neste percentual, os valores são respectivamente ajustados.

Outros valores

A rubrica Outros Valores se refere a produtos eletrônicos de seguro de afinidades, cuja a finalidade é a reposição de bens quando avisado o sinistro pelo segurado. São reconhecidos como ativo pelo custo histórico no momento da aquisição do bem, e baixado quando é transferido o bem para o segurado, baixando simultaneamente a reserva de sinistro envolvida.

3.5. Demais ativos circulantes e ativos realizáveis a longo prazo

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização.

Os ativos de resseguro são representados por valores de operações realizadas junto a resseguradores, considerando o prazo esperado de realização (ou recebimento). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato.

Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

3.6. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis e utensílios, veículos e equipamentos de informática utilizados para a condução dos negócios da Seguradora em sua atividade operacional.

A Seguradora utiliza o método de depreciação linear, utilizando-se os seguintes períodos correntes:

Tempo	Imobilizado
25 anos	Imóveis
10 anos	Utensílios
10 anos	Máquinas e equipamentos
5 anos	Equipamentos de informática
5 anos	Veículos
5 anos	Benefícios em imóveis de terceiros

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.7. Intangível

Os saldos do intangível referem-se a:

- Desenvolvimento de sistemas reconhecido como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados são deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.
- Outros ativos intangíveis referem-se a investimentos efetuados com canais de distribuição de terceiros para fins de negociação do produto de seguro de afinidade, sendo demonstrado pelo custo, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear ou da forma em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos através do prêmio ganho realizado pelo canal.

Mensalmente a seguradora acompanha a evolução dos canais para

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) no exercício	(5.347)	4.197
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9.724	12.871
Perda na alienação de investimento, imobilizado e intangível	125	1.260
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(686)	558
Lucro (prejuízo) ajustado	3.816	18.886

Variação nas contas patrimoniais:

Ativos financeiros	16.557	33.165
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(281)	274
Créditos das operações de seguros e resseguros	(86.791)	26.932
Ativos de resseguro	(43.272)	(18.164)
Títulos e créditos a receber	12.292	(5.474)
Custos de aquisição diferidos	(31.218)	19.702
Despesas antecipadas	(430)	(49)
Outros ativos	4.386	(4.248)
Outras contas a pagar	6.178	15.565
Débitos de operações com seguros e resseguros	98.127	3.419
Depósitos de terceiros	7.121	1.244
Provisões técnicas - seguros	60.280	(63.755)
Provisões judiciais	(30.679)	(15.500)
Caixa consumido nas atividades operacionais	16.086	5.160

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimento pela venda:		
Imobilizado	529	281
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1.654)	(384)
Intangível	(10.245)	(5.043)

Caixa consumido nas atividades de investimento

	(11.370)	(5.146)
--	----------	---------

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aumento de capital	823	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	823	-
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	5.539	14
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.269	6.255
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.808	6.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

certificar que a produção real está em conformidade com o plano de negócio, bem como análise dos canais para identificação de possíveis reduções de valor recuperável de ativos.

Tempo	
5 anos	Despesas de desenvolvimento de sistemas (software)
5 anos/prêmio	Direito de uso de bases de clientes de terceiros
	(produto de seguro "Affinity")

3.8. Provisões técnicas de seguros e resseguros

• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG
Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, a PPNG tem por objetivo garantir a cobertura dos sinistros e das despesas a ocorrer durante a vigência dos riscos assumidos, com base no valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. Para os riscos vigentes e já emitidos na data-base, é constituída a PPNG-RVNE, cuja apuração deve ser feita à base "pro rata die", considerando a data-base do cálculo e as datas de início e fim de vigência dos respectivos riscos. Já para os riscos vigentes mas não emitidos até a data-base, é constituída a PPNG-RVNE (PPNG para Riscos Vigentes mas Não Emitidos), apurada conforme metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial.

• Sinistros a liquidar - PSL e ajustes de IBNeR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, a PSL tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros avisados e registrados pela companhia até a data-base de apuração, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Adicionalmente a companhia possui uma política de sinistros que objetiva garantir a efetividade dos riscos gerenciados, abordando os sinistros e respectivos salvados e ressarcidos. Com base na experiência da companhia, é necessário apurar o Ajuste IBNeR, que corresponde às variações que os sinistros provisionados em PSL sofrerão ao longo do processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. A apuração do IBNeR é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, o IBNR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros ocorridos mas ainda não registrados pela companhia até a data-base de apuração, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A apuração do IBNR é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial, que contempla ainda estimativas de recuperações de salvados e ressarcimentos.

• Provisão de Despesas Relacionadas - PDR
Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, a PDR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes às despesas de regulação de sinistros, estejam eles ainda pendentes de pagamento (sinistros provisionados em PSL) ou ainda não registrados (sinistros provisionados em IBNR). A PDR é portanto apurada de forma segregada, como parte da PSL, do Ajuste IBNeR e do IBNR, com base nas metodologias estabelecidas nas respectivas Notas Técnicas Atuariais.

Teste de Adequação de Passivos - TAP e a Provisão Complementar de Carteira - PCC

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, e requerido pelo CPC 11, o TAP deve ser realizado semestralmente para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados de seguro vigentes na data de sua elaboração, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. Os contratos vigentes foram segmentados por regime financeiro, tipos de produtos (Seguro de Danos e Seguro de Pessoas) e prêmios registrados e não registrados, tendo sido aplicada compensação entre déficits e superávits dentro de cada segmentação. Em caso de déficit em qualquer segmentação, será constituída a PCC pelo valor do déficit. Os fluxos de caixa projetam os sinistros a ocorrer e as despesas administrativas e relacionadas aos sinistros. As principais premissas utilizadas são:

- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP, para a data-base do teste, para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa projetados;
- Melhor estimativa de sinistralidade da série histórica observando-se períodos compreendidos entre os 12 meses anteriores à data-base, para a projeção dos sinistros a ocorrer;
- Despesas administrativas estimadas para manutenção dos contratos vigentes até o fim de vigência, excluindo, portanto, as despesas para desenvolvimento de novos negócios;
- Fluxos de caixa projetados brutos de resseguro;
- Os percentuais de sinistralidade utilizados no estudo foram de: Automóvel 61,1%, Patrimonial Affinity 33,2%, Patrimonial 9,3%, Responsabilidade Civil 50,0%, Transporte 55,5%, Pessoas Coletivo 37,4% e Pessoas Coletivo Affinity 5,9%;
- Os procedimentos e premissas adotados estão registrados no Relatório do Teste de Adequação de Passivos, elaborado e assinado pelo Atuarial Técnico;
- Em 31 de dezembro de 2018, o TAP não gerou necessidade de constituição de PCC.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$120 no semestre. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para

WWW.SEGUROSSURA.COM.BR

continua —☆



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 08:38:05.

Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E

[Ticket: 30024899] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

SEGUROS SURA S.A. - CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

20%, e voltará para alíquota de 15% a partir de 2019, conforme Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. A seguradora registra a redução ao valor recuperável referente a crédito tributário de acordo com a expectativa de realização baseado no plano de negócio elaborado anualmente pela administração.

3.10. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões judiciais - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e remotas pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e perda provável, conforme o pronunciamento técnico CPC 25. As provisões judiciais relacionadas a Sinistro a Liquidar são avaliadas para provisão de perda de acordo com a política da seguradora, independente do pronunciamento técnico CPC 25, reconhece contabilmente 100% para perda provável, 65% perda possível e 15% perda remota do valor em risco, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- O reconhecimento dos prêmios emitidos de liderança, dos prêmios de cosseguro aceito e das cêsões em cosseguros, no resultado, deduzidos de cancelamentos e restituições, ocorre quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. E são apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices;
- Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata" dia, ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios;
- As despesas da seguradora são reconhecidas pelo regime de competência.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação do valor justo das aplicações financeiras (Nota Explicativa nº8);
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota Explicativa nº11);
- Ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 13);
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) (Nota Explicativa nº14);
- Provisões judiciais (Nota Explicativa nº 19);
- Provisões técnicas e custos de aquisição diferida (Nota Explicativa nº17);
- Perda de valor recuperável sobre operações com seguradoras (Nota Explicativa nº 9).

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da Seguradora tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração estabeleceu o Comitê de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Seguradora. O Comitê reporta regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Seguradora está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Seguradora. A Seguradora, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A área de Risco do Grupo supervisiona como a administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Seguradora está exposta.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguros (subscrição), operacional, legal, mercado, crédito e de liquidez.

5.1. Risco de seguros (subscrição)

Definição de contrato de seguros

De acordo com o CPC 11, contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a Seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente o segurado.

Risco de seguro significativo define-se como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta são a precificação, a aceitação e o gerenciamento de riscos de seus clientes. Ao aceitar riscos, a Seguradora se compromete com o pagamento de sinistros e, portanto, esses riscos devem ser entendidos e controlados. Os fatores críticos para o gerenciamento do negócio são: uma subscrição disciplinada, avaliação abrangente dos riscos, processo estruturado de gerenciamento de riscos, precificação e controle de exposição. A Seguradora gerencia esses riscos através da sua estratégia de subscrição, reduzindo sua exposição através de contratos de resseguro e cosseguro. Para as carteiras de propriedade, engenharia (run-off) e automóvel existe uma gestão preventiva de análise dos riscos, já para a carteira de transporte existe a administração preventiva de sinistros através de recursos tecnológicos e escolha da carga segurada transportada.

A estratégia de subscrição busca assegurar que os riscos assumidos estão diversificados em termos de tipo, montante de riscos, indústria e geografia. A precificação de seguros geralmente se baseia no histórico de frequências e severidade média dos sinistros, ajustados pela inflação e tendências futuras a fim de reconhecer antecipadamente as mudanças nos padrões de sinistros. Como as liquidações de sinistros continuam sendo o principal custo da Seguradora, ela cria subsídios nos procedimentos de precificação para despesas de aquisição, despesas de administração, custo de resseguro que cubram adequadamente o custo do capital de exposição aos riscos. Os contratos de resseguros são também classificados como "Contratos de Seguro", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de seguros por meio de cosseguros e resseguros é efetuada no

curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos, como mencionado acima.

Contratos de resseguro existentes incluem cláusulas de excesso de danos, limite de perdas e cobertura de catástrofes. O efeito de tais negócios de resseguro e cosseguro é que a Seguradora não sofre as perdas totais das liquidações dos sinistros limitando-se à parcela do risco retido.

A Seguradora está exposta a riscos de crédito relacionados a seus contratos de resseguros e a recuperação de sinistros de resseguros em decorrência destes contratos, devido à possibilidade de restrição da capacidade financeira, inadimplência e descumprimento de contratos. Como o objetivo de mitigar este risco na seleção dos resseguradores, com os quais a Seguradora opera, a estratégia é buscar resseguradores com a melhor combinação de solidez financeira, preço e capacidade técnica.

A Seguradora permanece responsável como Seguradora direta de todos os riscos ressegurados, apesar da resseguradora ficar responsável pela extensão do risco cedido.

Os produtos e suas respectivas coberturas são previamente autorizados pelo órgão regulador (SUSEP).

Concentração de riscos dos contratos de seguro

A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades são determinadas com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

a) Bruto de resseguro

Modalidade	31 de Dezembro de 2018				
	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste/ Norte	Total	%
Transportes	173.224	30.024	4.095	207.343	29%
Patrimonial	192.037	3.152	286	195.475	28%
Automóvel	164.274	13.148	3.206	180.628	26%
Pessoas	103.724	6.292	1.448	111.464	16%
Outros	6.696	144	32	6.872	1%
	639.955	52.760	9.067	701.782	100%

Modalidade	31 de Dezembro de 2017				
	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste/ Norte	Total	%
Transportes	170.587	15.761	3.725	190.073	32%
Patrimonial	176.412	3.687	242	180.341	31%
Automóvel	126.734	6.710	3.267	136.711	23%
Pessoas	74.500	5.848	1.642	81.990	14%
	548.233	32.006	8.876	589.115	100%

b) Líquido de resseguro

Modalidade	31 de Dezembro de 2018				
	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste/ Norte	Total	%
Transportes	144.715	22.932	3.464	171.111	29%
Patrimonial	163.042	5	195	163.242	28%
Automóvel	122.205	9.954	2.278	134.437	23%
Pessoas	99.610	5.737	1.409	106.756	18%
Outros	2.488	76	21	2.585	1%
	532.060	38.704	7.367	578.131	100%

Modalidade	31 de Dezembro de 2017				
	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste/ Norte	Total	%
Transportes	142.086	15.548	3.617	161.251	30%
Patrimonial	149.144	81	177	149.402	29%
Automóvel	119.430	6.605	3.232	129.267	25%
Pessoas	74.053	5.799	1.629	81.481	16%
	484.713	28.033	8.655	521.401	100%

A exposição aos riscos varia por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

5.2. Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer empresa. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas e impactos sociais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com sua disposição ao risco. Estas ferramentas incluem auto avaliação de riscos, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência tecnológica, incluindo gestão de incidentes e planos de continuidade de negócios.

5.3. Risco legal

No curso normal de suas atividades, a Seguradora é envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, principalmente àquelas relacionadas ao pagamento de sinistros.

O desfecho dessas questões legais/judiciais se altera ao longo do tempo, e consequentemente, o montante das obrigações da Seguradora também se altera, podendo assim afetar negativamente o resultado da Seguradora.

A Seguradora por meio de seu departamento jurídico acompanha periodicamente o andamento de suas ações judiciais de forma a mitigar os riscos legais/judiciais e reduzir eventuais desembolsos financeiros.

5.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que haja alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os resultados da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

5.5. Taxas de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Seguradora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos.

A seguradora possui contrato de gestão de investimento com instituição financeira, o qual leva em consideração diversos aspectos, tais como: oportunidades de investimentos, limites de investimentos e aspectos de liquidez.

A Seguradora em 31 de dezembro de 2018 possui 65% de Cotas de fundos de investimentos a valor justo por meio do resultado (51% em 2017) e apresenta 35% de títulos públicos mantidos a vencimento (49% em 2017). No exercício de 2018 a Seguradora readequou a carteira de investimentos com base na administração ativos e passivos financeiros, resultante na distribuição acima mencionada.

A Seguradora contabiliza os seus ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado ou mantido a vencimento.

5.6 Risco de liquidez

31 de Dezembro de 2018

Ativo	Expectativa de Realização					Sem vencimento determinado
	Total	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Caixa e bancos	11.808	11.808	-	-	-	-
Aplicações	290.129	189.135	-	-	100.994	-
Créditos das Operações com seguros e resseguros	238.772	112.426	40.316	21.561	64.468	-
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-
Ativos de Resseguro	116.344	54.781	19.645	10.506	31.413	-
Títulos e créditos a receber	6	-	-	-	-	6
Outros valores e bens - Bens à venda	6.380	-	-	-	-	6.380
Empréstimos e depósitos compulsórios	1.733	-	-	-	-	1.733
Depósitos judiciais e fiscais	239.947	-	-	-	-	239.947
Total Ativo	905.119	368.150	59.961	32.067	196.875	248.066
Passivo						
Contas a pagar	75.073	20.388	5.214	11.061	12.292	26.118
Débitos de operações com seguros e resseguros	186.931	127.527	12.589	5.082	41.733	-
Depósitos de terceiros	13.898	-	-	-	-	13.898
Provisões de sinistros a liquidar e PDR	258.700	121.809	43.681	23.361	69.849	-
Provisões judiciais	187.220	-	-	-	-	187.220
Total Passivo	721.822	269.724	61.484	39.504	123.874	227.236
Suficiência*	183.296	98.426	(1.523)	(7.437)	73.001	20.830

(*) As faixas de vencimentos que apresentam insuficiência de 6 e de 12 meses são equilibrados pela suficiência da faixa de 3 meses.

O principal objetivo da estratégia de investimento da Seguradora é maximizar o retorno dos investimentos para principalmente manter os ativos garantidores em montante suficiente para cobertura das provisões técnicas e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por instituição financeira externa. Todos os investimentos novos ou reaplicações são avaliados individualmente e submetida à aprovação da Administração.

Taxas de câmbio de operações em moeda estrangeira

Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras intermediárias, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e os passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

5.5 Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos relativos às aplicações financeiras junto às instituições financeiras e dos créditos a receber de seguros emitidos e resseguros/cosseguros cedidos.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras a política adotada pela Administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais se podem operar os limites de alocação de recursos e os objetivos.

A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre "AAA" até "BB-", ou seja, bancos que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança.

A tabela a seguir demonstra os saldos da exposição de risco de crédito por "Rating" de crédito das agências para as aplicações financeiras: 31 de dezembro de 2018

	BB-	Saldo Total
Cotas de fundo de investimento - ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	189.135	189.135
Títulos a vencimento	100.994	100.994
Total	290.129	290.129

31 de dezembro de 2017

	BB-	Saldo Total
Ativos financeiros - títulos ao valor justo por meio do resultado	156.286	156.286
Ativos financeiros - disponível para venda	150.401	150.401
Total	306.687	306.687

Fonte: https://www.standardandpoors.com/en_US/web/guest/home

A Seguradora não possui derivativos em 31 de dezembro de 2018 e não realizou durante os respectivos períodos operações com derivativos.

Com relação ao risco de recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação.

A Seguradora registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a "Prêmios a receber".

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição estimada ao risco de crédito para "Prêmios a receber" está demonstrada na Nota Explicativa nº 9.

Na avaliação da Seguradora os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises dos principais clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes, quando disponível.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

Resseguradoras	Rating	Agências
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.		sem rating
MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros		sem rating
XL Resseguros Brasil S.A.		sem rating
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.		sem rating
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.		sem rating
Markel Resseguradora do Brasil S.A.		sem rating
Terra Brasis Resseguros S.A.	brAA+	S & P Global Ratings
Scor Brasil Resseguros S.A.	BBB	S & P Global Ratings
IRB Brasil Resseguros S.A.	A-	A. M. Best Company
Allianz Global Corporate & Specialty SE	AA	Standard & Poor's/FITCH
Odyssey Reinsurance Company	A	A. M. Best Company
Hannover Rück SE	A+	A. M. Best Company
LLOYD'S	A+	Standard & Poor's/FITCH
XL Re Latin America Ltd	A	Standard & Poor's/FITCH
Everest Reinsurance Company	A+	Standard & Poor's/FITCH
Royal & Sun Alliance Insurance PLC	A	Standard & Poor's/FITCH
Transatlantic Reinsurance Company	A+	A. M. Best Company
General Reinsurance AG	AA+	A. M. Best Company

Fontes: <http://tenaber.org.br/index.php/pt/resseguradoras-autorizadas/resseguradoras-no-brasil/> / <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/mercado-supervisionado/entidades-supervisionadas> https://www.standardandpoors.com/pt_LA/web/guest/regulatory-ratings-definitions.

5.6. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Seguradora irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Seguradora na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Seguradora.

A Seguradora monitora suas exigências através de projeções de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos, bem como através de projeções de ativos garantidores para cobertura de provisões técnicas de acordo com o requerido pela SUSEP.

A Seguradora busca manter o nível de seus investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 90 dias.

A Seguradora monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a "Pagamentos de comissões e sinistro, fornecedores e outras contas a pagar".



—☆ continuação

SEGUROS SURA S.A. - CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

5.7. Risco regulatório e de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Nos termos da Resolução CNSP nº 343/2016, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ou maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	221.043	225.849
Ajustes contábeis	(68.043)	(64.202)
Despesas antecipadas	(479)	(49)
Créditos tributários	(46.648)	(46.648)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (-)	(870)	-
Ativos intangíveis	(21.341)	(19.234)
Menor valor entre 15% do CMR e 50% referente a contratos de ponto de venda	1.295	1.730
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - subtotal	153.000	161.647
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	75	-
Patrimônio Líquido Ajustado total	153.075	161.647
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	121.600	123.373
Capital adicional - Risco de subscrição	105.206	102.376
Capital adicional - Risco de crédito	12.750	17.030
Capital adicional - Risco operacional	3.787	4.061
Capital adicional - Risco de mercado	17.173	21.261
Efeito da correlação entre os riscos	(17.315)	(21.353)
Capital Mínimo Requerido - CMR (maior entre (I) e (II))	121.600	123.373
Suficiência de capital	31.475	38.274
Suficiência de capital %	26%	31%
Suficiência de ativos garantidores	38.728	73.358
20% do Capital Mínimo Requerido - CMR	24.320	24.675
(-) Liquidez em relação ao CMR	14.408	48.862

*A suficiência mínima de ativos líquidos requerida pela Resolução CNSP 343/2016 é de 20% do capital de risco deduzido o superavit de fluxo de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas, que equivale a R\$ 24.320. Em 31 de dezembro de 2018 a suficiência apurada é de R\$ 38.728 (Nota Explicativa nº 18).

5.8. Análise de sensibilidade

Sensibilidade a riscos de seguros - sinistralidade (risco de seguros)

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo.

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR), sendo complementada pelo IBNER. O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício (bruto do efeito de impostos), caso a sinistralidade varie em 1pp ponto percentual em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	(6.372)	(6.566)	(5.136)	(5.888)
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	6.372	6.566	5.136	5.888

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros (risco de mercado)

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução no rendimento das aplicações financeiras.

Se as taxas de juros de CDI fossem 1% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 aumentaria ou diminuiria, conforme tabela abaixo:

Ativos financeiros	31/12/2018		31/12/2017		Impactos no resultado e no patrimônio líquido - 1%	
	Valor	%	Valor	%	31/12/2018	31/12/2017
Pré-fixado	-	-	136.133	0,0%	(787)	(1.847)
Pós-fixado	148.408	0,5%	170.554	0,5%	(3.550)	(463)
Inflação	141.721	0,0%	-	0,0%	(1.290)	-
Total	290.129	0,5%	306.687	0,5%	(5.627)	(2.310)

6. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA SEGURADORA

IFRS 9 – Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: em maio de 2014, o IASB emitiu o novo pronunciamento de reconhecimento de receita. O CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos ("full or modified retrospective approach"). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. O CPC 47 foi aprovado pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 561/17, porém não há impactos significativos na Companhia.

IFRS 16 – Arrendamentos: A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, porém não foi homologado pela SUSEP a segunda revisão (R2). A seguradora estima que não haverá impactos significativos nos processos de arrendamentos e nas demonstrações financeiras no que tange a adoção da norma.

IFRS 17 Contratos de Seguros: (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. A seguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

7. DISPONÍVEL (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	19	11
Bancos	11.789	6.258
Total	11.808	6.269

8. APLICAÇÕES

A composição das aplicações está distribuída da seguinte forma:

Classificação do título	Nível	31/12/2018			31/12/2017		
		Valor atualizado	Valor justo	%	Valor atualizado	Valor justo	%
Títulos ao valor justo por meio do resultado							
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos (a)	2	189.135	189.135	65%	156.286	156.286	51%
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado		189.135	189.135	65%	156.286	156.286	51%
Títulos mantidos até o vencimento							
Notas do Tesouro Nacional - NTN (b)	1	100.994	104.318	35%	-	-	-
Total de mantidos até o vencimento		100.994	104.318	35%	-	-	-
Títulos disponíveis para venda							
Letras do Tesouro Nacional - LTN		-	-	-	135.625	136.134	44%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)		-	-	-	14.264	14.267	5%
Total de disponíveis para venda		-	-	-	149.889	150.401	49%
Total aplicações financeiras		290.129	293.453	100%	306.175	306.687	100%
Circulante		189.135	189.135		157.493	157.493	
Não circulante		100.994	104.318		149.194	149.194	

(a) O valor justo das cotas de fundos de investimento com rentabilidade média de 7,47% foi apurado com base nos

valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos nos quais a Seguradora aplica seus recursos.

(b) Os títulos públicos federais NTN apresentou uma rentabilidade média de 6,14%. Estão mantidos até o vencimento e mensurados ao custo atualizado que são marcados pela curva. O valor justo divulgado está com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

No exercício de 2018 a seguradora efetuou alterações na carteira de investimentos, conforme estratégia da empresa, o qual alterou a composição para cotas de fundos de investimentos registrado ao valor justo por meio do resultado e investiu títulos do tesouro nacional (NTN) que estão mantidos até o vencimento. Estas mudanças tiveram como base a administração ativos e passivos financeiros, visando alinhar com a estratégia da Seguradora e assegurar fluxo de caixa para os passivos financeiros envolvidos.

A custódia das cotas e respectivos ativos financeiros dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos respectivos administradores.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Movimentação

O valor justo por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	306.687	339.851
(+) Aplicações	885.318	1.039.479
(-) Resgates	(924.283)	(1.105.230)
(+/-) Rendimentos	22.920	32.070
(+/-) Ajuste ao valor justo	(513)	517
Saldo final	290.129	306.687

Carteira de aplicações por vencimentos:

	31/12/2018					Total
	Sem vencimento	De 1 até 3 meses	De 4 até 6 meses	De 6 até 12 meses	Acima de 1 ano	
Títulos ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	189.135	-	-	-	-	189.135
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado	189.135	-	-	-	-	189.135
Títulos mantidos até o vencimento						
Notas do Tesouro Nacional - NTN (b)	-	-	-	-	100.994	100.994
Total de mantidos até o vencimento	-	-	-	-	100.994	100.994
Total aplicações financeiras	189.135	-	-	-	100.994	290.129

	31/12/2017					Total
	Sem Vencimento	De 1 até 3 meses	De 4 até 6 meses	De 6 até 12 meses	Acima de 1 ano (*)	
Títulos ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	156.286	-	-	-	-	156.286
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado	156.286	-	-	-	-	156.286
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro - LTN	-	-	-	-	136.134	136.134
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.206	-	-	13.061	14.267
Total de disponíveis para venda	-	1.206	-	-	149.195	150.401
Total aplicações financeiras	156.286	1.206	-	-	149.195	306.687

(*) Para fins de fluxo de caixa os títulos classificados como disponível para venda, embora tenham vencimento superior a 12 meses, vem sendo utilizado operacionalmente no pagamento das obrigações em complemento aos demais recursos de caixa.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

A composição em 31 de dezembro de 2018 e de dezembro de 2017 da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2018					Total
	A vencer	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	Vencidas Acima de 120 dias	Provisão para Risco de Crédito	
Prêmios a receber	243.012	24.791	4.122	10.338	(9.170)	273.093
Operações com seguradoras	1.745	332	323	1.426	(1.262)	2.564
Operações com resseguradoras	-	9.344	5.465	3.122	(185)	17.746
Total dos créditos das operações	244.757	34.467	9.910	14.886	(10.617)	293.403

As movimentações em 31 de dezembro de 2018 da conta "Prêmios a receber" está demonstrada a seguir:

	31/12/2018					31/12/2017
	A vencer	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	Vencidas Acima de 120 dias	Provisão para Risco de Crédito	Total
Prêmios a receber	178.812	19.761	3.121	5.754	(9.514)	197.934
Operações com seguradoras	-	336	4	3.543	(1.557)	2.326
Operações com resseguradoras	-	2.590	2.110	1.196	(232)	5.664
Total dos créditos das operações	178.812	22.687	5.235	10.493	(11.303)	205.924

O prazo médio de parcelamento conforme o saldo pendente da conta "Prêmios a receber" é de 75 dias para seguros de Danos e 68 dias para seguros de Pessoas.

10. ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição dos ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2018					Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	RVNE	Total	
Transportes	4.712	26.559	1.807	1.109	34.187	
Automóvel	32.694	16.262	5.142	3.893	57.991	
Patrimonial	18.667	60.465	1.505	3.779	84.416	
Marítimos	-	566	2	-	568	
Responsabilidades	1.198	19.074	1.036	266	21.574	
Pessoas Coletivo	384	875	549	123	1.931	
Outros	386	257	1	-	644	
Total	58.041	124.058	10.042	9.170	201.311	

	31/12/2017					Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	RVNE	Total	
Transportes	7.119	13.582	2.645	147	23.493	
Automóvel	10.253	3.940	652	46	14.891	
Patrimonial	13.410	73.041	1.821	113	88.385	
Marítimos	-	497	3	-	500	
Responsabilidades	1.320	27.896	481	74	29.771	
Pessoas Coletivo	197	94	84	79	454	
Outros	330	216	-	-	546	
Total	32.629	119.266	5.686	459	158.040	

b) Movimentação dos ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2018					Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	RVNE	Total	
Saldo 31 de dezembro 2016	21.996	112.880	4.368	631	139.875	
Constituições	24.076	72.290	2.222	283	98.871	
Amortizações/reversões						

☆ continuação

SEGUROS SURTA S.A. - CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) Circulante

Referem-se a impostos e contribuições a compensar e tributos retidos na fonte, no montante de R\$ 1.479 (Dezembro 2017 - R\$ 1.155).

b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$ 66.630 (Dezembro 2017 - R\$ 84.299). Adicionalmente, a Seguradora constitui créditos tributários de PIS e COFINS, no montante de R\$ 5.811 (Dezembro 2017 - R\$ 6.561), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos (diferenças temporárias)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	53.833	30.466	84.299	56.344	32.315	88.659
(+) Constituição de créditos	6.037	4.828	10.865	26.860	21.417	48.277
(-) Realização de créditos	(8.364)	(9.190)	(17.554)	23	160	183
(-) Redução valor recuperável	(6.191)	(4.789)	(10.980)	(29.394)	(23.426)	(52.820)
Saldo final	45.315	21.315	66.630	53.833	30.466	84.299

d) Composição dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Provisões judiciais	46.805	24.395	71.200	54.475	33.452	87.927
Provisões de participações nos lucros	1.048	629	1.677	913	620	1.533
Outros	-	-	-	1	(28)	(27)
Provisão para riscos de crédito	1.870	1.122	2.992	2.826	1.394	4.220
Prejuízo fiscal/base negativa	32.629	24.547	57.176	26.780	19.868	46.648
MTM	-	-	-	(128)	(102)	(230)
PIS/COFINS diferido	(1.453)	(1.162)	(2.615)	(1.640)	(1.312)	(2.952)
(-) Redução valor recuperado PF/BN	(5.533)	(4.995)	(10.528)	-	-	-
(-) Redução valor recuperado temporal	(30.051)	(23.221)	(53.272)	(29.394)	(23.426)	(52.820)
Total	45.315	21.315	66.630	53.833	30.466	84.299

e) Expectativa de realização dos créditos tributários

As diferenças temporárias referem-se, basicamente, a provisões que serão dedutíveis quando os ativos e passivos que as motivaram atingirem as condições legais de dedutibilidade. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada nos resultados futuros que a seguradora estima de acordo com os planejamentos estratégicos estabelecidos.

	IRPJ	CSLL	Total
2019	-	-	-
2020	899	539	1.438
2021	1.638	983	2.621
2022	3.257	1.954	5.211
2023	5.104	3.062	8.166
2024 a 2028	34.417	14.777	49.194
Total	45.315	21.315	66.630

12. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens à venda

A composição por idade do saldo de salvados está demonstrada a seguir:

Ramos de atuação	31/12/2018					31/12/2017
	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total
Transportes	614	944	1.113	177	2.848	4.674
Automóveis	487	403	300	769	1.959	2.655
Patrimoniais	-	2	14	-	16	2
Outros	-	50	3	-	53	-
Total	1.101	1.399	1.430	946	4.876	7.331

b) Outros valores

A composição do valor de R\$ 1.504 em Dezembro de 2018 (R\$ 3.499 em dezembro de 2017) é referente a produtos eletrônicos de seguro de afinidade. Estes bens têm como finalidade a reposição de bens quando avisado pelo segurado e realizado quando efetuado a baixa do sinistro envolvido.

13. IMOBILIZADO

a) Composição

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Edificações	11	(7)	4	11	(6)	5
Terrenos	58	-	58	67	-	67
Equipamentos	4.698	(3.419)	1.279	9.558	(8.265)	1.293
Móveis, máquinas e utensílios	3.315	(1.566)	1.750	3.275	(1.238)	2.037
Veículos	2.019	(701)	1.318	1.757	(786)	971
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.114	(2.496)	618	3.222	(1.982)	1.240
Total	13.215	(8.189)	5.026	17.890	(12.277)	5.613

b) Movimentação dos saldos

	Benfeitorias em imóveis de terceiros				
	Equipamento	Veículos	Outros	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.801	1.838	1.342	2.552	7.533
Adições	113	24	187	60	384
Baixas	(25)	(8)	(188)	(157)	(378)
Despesas de depreciação	(595)	(614)	(370)	(346)	(1.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.293	1.240	971	2.109	5.613
Adições	585	-	1.028	41	1.654
Baixas	(118)	(11)	(316)	(9)	(455)
Despesas de depreciação	(481)	(611)	(365)	(328)	(1.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.279	618	1.318	1.811	5.026

14. INTANGÍVEL

a) Composição

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Amortização	Total	Total
Despesas de desenvolvimento de sistemas e direitos de uso de software, líquidas de amortizações acumuladas	52.790	(34.039)	18.751	15.774
Direito de uso de bases de clientes de terceiros para fins de negociação do produto de seguro "Affinity", líquido de amortizações acumuladas	29.102	(26.512)	2.590	3.460
Total	81.892	(60.551)	21.341	19.234

b) Movimentação dos saldos

	Despesas de desenvolvimento de sistemas		Direito de uso de bases de clientes	
	Total	Total	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.463	9.836	26.299	26.299
Adições	4.843	200	5.043	5.043
Baixas	(395)	(768)	(1.163)	(1.163)
Despesas de amortização	(5.137)	(5.808)	(10.945)	(10.945)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.774	3.460	19.234	19.234
Adições	8.895	1.350	10.245	10.245
Baixas	(200)	-	(200)	(200)
Despesas de amortização	(5.718)	(2.220)	(7.938)	(7.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.751	2.590	21.341	21.341

15. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR E IMPOSTOS A RECOLHER

Abaixo segue a composição das obrigações a pagar e impostos a recolher:

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações prestação de serviços	20.093	16.966
Participação nos lucros	10.204	7.702
Dividendos	-	823
Honorários/outros	629	366
Outras obrigações a pagar *	10.696	10.964
Total obrigações a pagar	41.622	36.821
Impostos retidos (renda e serviços)	1.773	2.030
Imposto de operações financeiras	14.286	10.709
Contribuições previdenciárias e FGTS	1.181	1.199
Total impostos a recolher	17.240	13.938
Total	58.862	50.759

(*) Em novembro de 2017 a administração da seguradora optou em aderir ao programa especial de regularização tributária (PERT) referente a um processo judicial fiscal da COFINS, o qual gerou uma obrigação a pagar à Secretaria da Receita Federal (SFR) ao longo de 12 anos.

16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS, RESSEGUROS E DEPÓSITO DE TERCEIROS

a) Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

Ramos de atuação	31/12/2018	31/12/2017
Automóvel	12.983	8.981
Patrimonial	33.140	16.948
Pessoas	14.118	6.971
Responsabilidades	104	85
Transportes	21.195	12.774
Total	81.540	45.759

b) Operações com resseguradoras

É composto por prêmio de resseguro líquido de comissão, juntamente com as obrigações a pagar para os resseguradores. Segue a composição das operações com resseguradoras por tipo de ressegurador:

	Local		Admitido		Eventual		Resseguradoras	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Riscos emitidos	74.749	29.915	21.992	7.812	-	217	96.741	37.944
Riscos a liquidar	1.392	125	-	-	-	-	1.392	125
Totais	76.141	30.040	21.992	7.812	-	217	98.133	38.069

c) Depósito de terceiros

Referente a depósito de terceiros, segue abaixo a evolução dos valores:

	31/12/2018	31/12/2017
Até 30 dias	6.070	2.165
De 31 a 60 dias	1.137	1.149
De 61 a 120 dias	1.192	1.617
De 121 a 180 dias	3.066	649
De 181 a 365 dias	2.082	1.123
Superior a 365 dias	351	74
Total	13.898	6.777

17. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Composição das provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos

	31/12/2018					Total de provisões técnicas
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	
Transportes	10.047	37.775	58.789	7.343	6.956	110.863
Automóveis	20.034	97.469	42.000	6.433	9.958	155.860
Patrimoniais	62.531	126.862	84.752	2.826	3.788	218.228
Responsabilidades	534	3.112	40.316	2.405	1.727	47.560
Outros	21	430	1.246	26	7	1.709
Pessoas	1.863	3.623	11.707	857	6.557	22.744
Total	95.030	269.271	238.810	19.890	28.993	556.964

	31/12/2017					Total de provisões técnicas
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	
Transportes	7.933	39.890	59.281	4.761	4.963	108.895
Automóveis	15.172	76.799	38.239	3.388	7.140	125.566
Patrimoniais	37.978	79.849	94.295	4.325	2.934	181.403
Responsabilidades	369	2.887	52.059	1.040	2.158	58.144
Outros	-	368	12.934	2	6	13.310
Pessoas	2.360	4.478	1.530	120	3.240	9.368
Total	63.812	204.271	258.338	13.636	20.441	496.686

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, devido a suficiência apurada no teste de adequação de passivo não houve constituição de provisão complementar de cobertura (PCC).

b) Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2018		31/12/2017		
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar (*)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	83.514	271.704	255.420	10.542	22.774
Constituições	60.693	195.962	391.705	143.079	26.727
Amortizações/reversões	(80.396)	(263.395)	(84.477)	(112.541)	(29.060)
Pagamentos	-	-	(310.902)	(27.444)	-
Atualização e oscilação cambial	-	-	6.592	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.812	204.271	258.338	13.636	20.441
Constituições	85.090	251.468	370.507	237.694	48.874
Amortizações/reversões	(54.027)	(186.917)	(95.045)	(204.239)	(40.322)
Pagamentos	-	-	(295.732)	(27.201)	-
Atualização e oscilação cambial	156	449	742	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.030	269.271	238.810	19.890	28.993

(*) Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R\$ 95.042 (R\$ 110.181 em 31 de dezembro de 2017), com a seguinte classificação de risco:

	31/12/2018			31/12/2017				
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%
Perda provável	309	15.164	11.792	78%	463	16.557	16.140	97%
Perda possível	1.124	96.375	67.346	70%	1.289	116.247	80.060	69%
Perda remota	476	114.886	15.904	14%	864	90.725	13	

☆ continuação

SEGUROS SURA S.A. - CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Bruto de Resseguro	Anos Anteriores	Ano de Ocorrência										
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sinistros Incorridos												
Até a data-base		159.356	144.743	206.952	252.670	261.822	277.542	286.768	262.754	281.842	302.965	300.411
1 ano depois		160.211	155.657	218.938	267.935	292.625	308.450	267.933	266.207	273.676	290.199	
2 ano depois		167.265	155.416	216.779	268.011	303.212	311.820	270.937	264.369	266.491		
3 ano depois		168.510	155.854	218.336	275.672	311.659	309.308	274.943	266.314			
4 ano depois		170.668	165.028	226.329	278.387	326.552	326.860	278.933				
5 ano depois		169.345	166.818	222.249	275.958	326.745	323.844					
6 ano depois		170.217	169.757	223.041	275.370	326.604						
7 ano depois		170.717	175.367	222.499	276.062							
8 ano depois		175.454	179.701	222.928								
9 ano depois		180.579	178.564									
10 anos depois		175.887										
Sinistros Pagos												
Até a data-base		101.446	83.500	133.876	166.761	158.904	163.648	158.953	157.007	178.804	177.648	183.795
1 ano depois		142.370	131.783	190.580	239.717	272.900	280.758	234.553	244.639	249.577	262.870	
2 ano depois		149.891	138.140	205.069	252.784	283.408	291.429	246.553	254.287	256.540		
3 ano depois		156.358	139.350	206.931	261.499	287.242	294.413	248.827	256.846			
4 ano depois		158.708	139.616	212.130	265.278	292.054	306.959	252.390				
5 ano depois		160.610	140.847	213.646	268.635	316.355	313.162					
6 ano depois		163.461	141.176	214.059	269.429	319.466						
7 ano depois		164.204	141.213	215.671	270.771							
8 ano depois		164.822	141.439	216.077								
9 ano depois		170.103	142.080									
10 anos depois		170.863										
Sobra ou falta		(16.531)	(33.821)	(15.976)	(23.392)	(64.783)	(46.302)	7.835	(3.560)	15.351	12.766	
PSL + IBNR	16.187	5.024	36.483	6.851	5.291	7.139	10.682	26.543	9.468	9.951	27.328	116.616
Líquido de Resseguro												
Líquido de Resseguro	Anos Anteriores	Ano de Ocorrência										
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sinistros Incorridos												
Até a data-base		131.941	126.553	200.031	243.641	256.309	227.357	256.005	227.054	250.474	257.232	214.619
1 anos depois		133.674	120.186	212.498	255.608	274.899	248.033	231.743	228.204	244.806	251.014	
2 anos depois		131.055	129.667	209.731	247.985	279.128	253.958	231.783	231.783	245.483		
3 anos depois		136.074	130.887	206.614	253.992	282.240	252.158	234.903	233.702			
4 anos depois		137.780	131.609	214.842	253.964	284.279	254.714	236.348				
5 anos depois		137.452	130.527	212.213	253.388	285.602	253.967					
6 anos depois		139.254	126.235	212.202	252.455	284.295						
7 anos depois		138.069	126.079	211.732	252.414							
8 anos depois		141.779	126.377	210.861								
9 anos depois		141.235	125.215									
10 anos depois		140.698										
Sinistros Pagos												
Até a data-base		89.696	75.248	129.563	165.262	157.785	144.737	147.120	147.462	171.751	169.805	145.217
1 anos depois		122.339	119.170	185.152	234.954	268.567	230.404	209.691	215.060	233.576	240.733	
2 anos depois		127.415	125.125	199.497	246.008	273.286	234.926	217.398	224.074	239.653		
3 anos depois		129.827	126.316	201.391	243.565	272.262	237.775	219.574	226.457			
4 anos depois		131.221	122.382	202.081	244.701	273.072	241.384	223.356				
5 anos depois		131.892	120.846	204.240	245.239	275.117	243.027					
6 anos depois		134.666	121.655	204.657	245.692	276.907						
7 anos depois		133.681	121.696	206.268	246.929							
8 anos depois		134.238	121.922	206.654								
9 anos depois		138.995	122.563									
10 anos depois		139.401										
Sobra ou falta		(8.757)	1.338	(10.830)	(8.773)	(27.986)	(26.611)	19.657	(6.648)	4.991	6.218	
PSL + IBNR	8.493	1.297	2.652	4.207	5.485	7.388	10.940	12.991	7.245	5.831	10.281	69.402

18. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantém os seguintes títulos e valores mobiliários retidos ou vinculados à SUSEP:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões técnicas - Seguros	556.964	496.684
(-) Deduções/Exclusões	(306.397)	(263.535)
Direito Creditório	(144.136)	(117.039)
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	(14.061)	(11.290)
Ativos de Resseguro Redutores	(148.200)	(135.206)
Total a ser coberto	250.567	233.149
Títulos de renda fixa - públicos	100.994	150.401
Cotas de fundos de investimento - renda fixa (não exclusivos)	188.301	156.286
Total	289.294	306.687
Suficiência	38.728	73.538

19. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (a)	186.726	238.864	216.536	232.399
Provisões trabalhistas (b)	44	35	51	-
Provisões cíveis (c)	450	14	1.311	49
Sinistros	-	1.034	-	2.038
Total	187.220	239.947	217.898	234.486

a) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Os valores registrados nessa rubrica são relacionados, principalmente, a discussões judiciais, registradas no exigível a longo prazo. Essas ações, quando requeridas, estão amparadas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo. A Seguradora constitui provisão, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos, conforme suas probabilidades de êxito e relevância. Conforme descrito na Nota 2.2, a administração da Seguradora optou por atualizar os depósitos judiciais fiscais e seus passivos correspondentes.

As principais ações fiscais e os saldos dos correspondentes depósitos judiciais podem assim, serem resumidos:

	Obrigações Legais		Depósitos judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	156.987	182.668	196.700	191.218
Programa de Integração Social - PIS	20.586	20.245	30.758	30.140
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	5.379	7.160	7.270	7.146
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.774	3.546	3.774	3.546
Imposto sobre Serviços - ISS	-	2.917	362	349
Total	186.726	216.536	238.864	232.399

COFINS - a Seguradora questiona judicialmente a inconstitucionalidade da cobrança de 3% (COFINS) por falta de recepção pela Lei nº 9.718/98.

PIS - Empresa objetiva recolher o PIS pelos critérios da Lei Complementar nº 077/70, pois a Emenda Constitucional nº 1/94 ao instituir o Fundo Social vedou regulação do dispositivo por medida provisória.

INSS - questionamento sobre comissão de corretagem incidente no questionamento sobre o aumento da alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) incidente sobre a folha de pagamento, conforme regulamento do Instituto Nacional da Previdência Social.

ICMS - as ações em andamento referem-se ao questionamento da constitucionalidade da obrigação de pagamento do ICMS sobre salvados.

ISS - Ação referente ao questionamento dos recolhimentos efetuados com retenções de prestações de serviços.

b) Provisões judiciais - trabalhistas

Ações de vínculo empregatício e direitos trabalhistas referem-se aos questionamentos de equiparação salarial e horas extras, pedidos de indenização de empresas jurídicas que atuavam como representações da Seguradora e estão registradas de acordo com suas possibilidades de perda estabelecidas pelos consultores jurídicos da Seguradora.

c) Provisões Judiciais - cíveis

O saldo das provisões judiciais cíveis refere-se, basicamente, a ações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

d) Composição das provisões judiciais

Risco de perda	31/12/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%
Obrigações legais								
Provável	7	25.586	25.586	100%	6	23.025	23.025	100%
Possível	8	161.133	161.133	100%	13	193.511	193.511	100%
Remota	1	7	7	100%	-	-	-	-
	16	186.726	186.726		19	216.536	216.536	
Trabalhistas								
Provável	5	44	44	100%	7	51	51	100%
Possível	8	1.111	-	0%	9	1.146	-	0%
Remota	7	1.514	-	0%	6	1.414	-	0%
	20	2.669	44		22	2.610	51	
Cíveis								
Provável	22	450	450	100%	32	1.311	1.311	100%
Possível	49	7.160	-	0%	59	1.196	-	0%
Remota	51	2.423	-	0%	89	1.733	-	0%
	122	10.033	450		180	4.240	1.311	
Total	158	199.428	187.220		221	223.387	217.898	

e) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscal	Trabalhista	Civil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	232.080	137	1.181
Total pago	-	-	(102)
Baixa e reversão	(28.865)	(139)	(205)
Constituições no exercício	113	49	254
Alterações de provisões	-	-	87
Atualização monetária oscilação cambial e outros	13.208	4	96
Saldo em 31 de dezembro de 2017	216.536	51	1.311
Total pago	(69)	(8)	(247)
Baixa e reversão (*)	(35.158)	(3)	(874)
Constituições no exercício	-	-	247
Alterações de provisões	-	-	(20)
Atualização monetária oscilação cambial e outros	5.417	3	33
Saldo em 31 de dezembro de 2018	186.726	44	450

(*) Durante o exercício de 2018 a seguradora continuou com os estudos referentes aos processos da COFINS, INSS e ISS, em complemento a este trabalho, obtivemos um parecer formal dos escritórios envolvidos apontando as probabilidades de perdas relacionadas. Embasado nos estudos jurídicos e pareceres dos advogados, as matérias reavaliadas foram desconsideradas no âmbito de obrigação legal, e a administração da seguradora decidiu reverter a provisão destes processos no valor total de R\$ 35.158, onde R\$ 21.615 é referente ao valor principal e R\$ 13.543 é referente a atualização monetária, revertidas nas rubricas Despesas com tributos (Nota 22.d) e Outras despesas financeiras (Nota 22.e), respectivamente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 19.215.923 ações (19.215.923 ações em 31 de dezembro de 2017) ordinárias nominativas, sem

—☆ continuação

SEGUROS SURA S.A. - CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Principais classes de negócios	31/12/2017		Índices - %	
	Premios ganhos	Sinistros Ocorridos	Sinistralidade	Comissionamento
Automóveis	127.251	(78.629)	62%	19%
Patrimoniais	254.669	(81.463)	32%	43%
Pessoas (Vida)	80.551	(12.845)	16%	58%
Responsabilidades	5.941	(10.693)	180%	11%
Transportes	188.138	(125.041)	66%	23%
Total	656.550	(308.670)	47%	34%

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2018	31/12/2017
a) Outras receitas e despesas operacionais		
Despesas com inspeção de riscos	(1.954)	(12.236)
Provisões judiciais trabalhistas, cíveis e outras provisões	654	(202)
Reversão (constituição) da provisão para riscos de créditos	741	(558)
Outras receitas/despesas operacionais	1.873	(989)
Total	1.314	(13.985)
b) Resultado com Resseguro	(52.399)	(6.673)
b.1 Receita com resseguro		
Automóvel	38.860	5.275
Patrimonial	(851)	30.281
Pessoas	2.672	230
Responsabilidades	(5.392)	5.890
Transportes	35.937	19.365
Outros	26	-
Total	71.252	61.041
b.2 Despesa com resseguro		
Automóvel	(46.191)	(7.443)
Patrimonial	(32.233)	(27.282)
Pessoas	(4.708)	(509)
Responsabilidades	(3.565)	(3.658)
Transportes	(36.232)	(28.822)
Outros	(722)	-
Total	(123.651)	(67.714)
c) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(71.967)	(73.031)
Serviços de terceiros	(13.762)	(11.190)
Localização e funcionamento	(26.340)	(32.203)
Publicações e propaganda	(15.736)	(11.580)
Publicações	(19)	(61)
Donativos e contribuições	(214)	(191)
Outras despesas administrativas	(3.725)	23
Total	(131.763)	(128.233)
d) Despesas com tributos		
COFINS (vide nota 19.e)	14.318	(3.928)
COFINS diferido	(645)	(779)
PIS	(1.995)	(2.442)
PIS diferido	(105)	(127)
Taxa de fiscalização	(3.161)	(3.101)
Impostos municipais	2.296	(422)
Outras despesas com tributos	(894)	(448)
Total	9.814	(11.247)

	31/12/2018	31/12/2017
e) Resultado financeiro		
Receitas com títulos de renda fixa - disponível para venda	20.699	31.994
Receitas com títulos de renda fixa - valor justo por meio de resultado	2.221	77
Receitas financeiras com operações de seguros e resseguros	41.141	42.692
Outras receitas financeiras	6.475	116.025
Subtotal	70.536	190.788
Despesas financeiras com operações de seguros	(39.950)	(27.168)
Despesas financeiras com juros sobre tributos	(284)	(819)
Outras despesas financeiras (vide nota 19.e)	2.152	(117.708)
Subtotal	(38.082)	(145.695)
Total	32.454	45.093
f) Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	205	92
Total	205	92

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos e após participações	12.552	12.552	8.332	8.332
(+/-) Ajustes temporários	(40.427)	(40.427)	(25.084)	(25.084)
(+/-) Ajustes permanentes	4.480	4.480	551	551
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízos	(23.395)	(23.395)	(16.201)	(16.201)
(-) Compensação de Prejuízos Fiscal	-	-	-	-
Base de Cálculo dos Tributos	(23.395)	(23.395)	(16.201)	(16.201)
Alíquota média do exercício	25%	20%	25%	20%
Expectativa de resultado de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(5.849)	(4.679)	(4.050)	(3.240)
Ajuste tributários oriundos das diferenças intertemporais	(8.594)	(9.851)	(22.957)	(18.437)
Impairment	6.020	5.054	29.394	23.426
Utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social contabilizados	(8.423)	(9.476)	2.386	1.749
Alíquota Efetiva	(67,1%)	(75,5%)	28,6%	21,0%

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende funcionários que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício de 2018 foi de R\$5.514 (R\$4.519 em 31 de dezembro de 2017). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

A Seguradora possui crédito a recuperar da controladora Inversões Sura Brasil Participações Ltda. no valor de R\$ 235 (Não possuía valor a recuperar em 31 de dezembro de 2017 referente ao reembolso relativo às despesas administrativas provenientes do processo legal de abertura de sua controladora).

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24 Eventos Subsequentes, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras por parte da Administração da Seguradora, ocorrida em 31 de dezembro de 2018.

PRESIDÊNCIA

Thomas Kelly Batt
Presidente

Cristiano Saab de Resende
Vice Presidente de Canais e Subscrição

Edgardo Gabriel Bugallo
Vice Presidente de Soluções

Roberto Chateaubriand Filho
Vice Presidente Financeiro

CONTADOR

Adriano Baptista de Azevedo
CRC-1SP255760/O-7

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Henrique Aleixo Ichiba
MIBA 2550

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Seguros SURA S.A.
São Paulo - SP - CNPJ: 33.065.699/0001-27

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A., em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das

provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Todavia, essas divergências já são de ciência da Seguradora, a qual já está tomando providências para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG Serviços
Atuariais SS, CIBA 57 - CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Seguros Sura S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Seguros Sura S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguros Sura S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Crédito tributário diferido:** Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato da Seguradora ter registrado em 31 de dezembro de 2018, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 66.630 mil, conforme divulgado na nota 11b. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributáveis futuros, conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela Administração no novo contexto do controlador, conforme divulgado na nota 1 e nota 11e. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os

responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Patrícia de Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-1SP198827/O-3



WWW.SEGUROSSURA.COM.BR



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 07:58:21.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

[Ticket: 30023575] - www.imprensaoficial.com.br